

Moção pela Liberdade

“Aqueles que abrem mão da **liberdade** essencial por um **pouco** de segurança temporária não merecem nem **liberdade** nem **segurança**”

Benjamin Franklin

O medo sempre foi a arma de preferência dos autoritários, e o melhor instrumento para impor o seu regime.

Actualmente estamos a assistir a um avanço surpreendente e muito preocupante de atitudes e comportamentos autoritários por parte de Estados de Direito Democráticos.

A pretexto de uma doença temos assistido ao desrespeito continuado das liberdades e garantias do Estado de Direito - não só em Portugal mas também em muitas democracias ocidentais, para não falar, claro, dos estados totalitários em que essas práticas já eram correntes.

Não está em causa a existência da doença - a evidência científica é clara.

Já o alarme social e as medidas para a sua contenção estão longe de ser racional ou cientificamente consensuais.

Admitindo que possam ser necessárias medidas para a contenção desta doença, elas devem ser claramente suportadas pela ciência, terem a dimensão e duração mínima indispensável aos objectivos e estarem enquadradas na Constituição e na Lei.

E naturalmente têm obrigatoriamente de ser explicadas aos cidadãos de forma clara, completa e balizada - dando a conhecer de forma clara o racional e respectivo suporte científico, os objectivos concretos e a sua forma de mensuração e os seus limites.

Se as medidas forem racionais e cientificamente suportadas e claramente explicadas aos cidadãos, não precisarão sequer de imposição legal - tal como se viu no início da pandemia em que os cidadãos por sua iniciativa se confinaram em casa.

Se acreditamos na Democracia não podemos tratar depois os cidadãos como incapazes de actuar em defesa da sua saúde e dos que os rodeiam.

É inadmissível que se restrinja a Liberdade dos cidadãos sem o devido suporte Constitucional e Legal.

E antes de impor qualquer restrição aos cidadãos, os Estados têm a obrigação de promover todas as condições possíveis ao nível da resposta dos serviços de saúde, integrando toda a oferta disponível, pública, privada e social de forma a poder responder de forma adequada aos desafios. Se há dois anos se justificava a surpresa e impreparação, hoje são meras desculpas de mau pagador.

As Liberdades dos cidadãos são, por princípio, invioláveis.

É inaceitável que a primeira resposta dos Estados seja limitar liberdades, deixando por fazer tudo o que poderia ser feito para as evitar, atropelando o enquadramento Constitucional e Legal, não explicando e justificando a sua necessidade e tratando os cidadãos como meros objectos de decisões superiores.

É particularmente chocante a corrida a "forçar" a vacinação em massa, e em particular das crianças, com vacinas cuja aprovação foi feita apenas para uso de emergência, e sob um racional que no mínimo está por demonstrar de que a vacina vai evitar a propagação da doença - se isso fosse verdade Portugal, com 88% de vacinados, não teria certamente que se preocupar com a propagação pois a imunidade de grupo estaria mais que assegurada. Se há razões científicas que justifiquem essa necessidade elas devem ser explicadas de forma suficientemente persuasiva para levar os cidadãos a decidir livremente pela vacinação, e nunca pela via da obrigatoriedade ou da discriminação arbitrária.

As vacinas (em geral) são das medidas de saúde pública mais eficazes e eficientes e têm um contributo enorme para a melhoria da saúde e da esperança de vida no Mundo - é inaceitável que sejam postas em causa por uma tentativa mal explicada de imposição desta vacina em particular.

Restringir arbitrariamente liberdades e mentir aos cidadãos são práticas dos regimes Totalitários - e infelizmente estão a tornar-se praticas comuns nas Democracias Ocidentais e em Portugal.

E o mais preocupante é a aceitação por parte de boa parte da população e pela comunicação social da narrativa oficial, e a radicalização das posições entre covideiros e negacionistas.

Enquanto Liberais devemos lutar indefectivelmente pelo império da lei e pela discussão aberta e informada.

Tolerar medidas erráticas, irracionais e inúteis, quando não contraproducentes, que limitam as nossas liberdades é escancarar a porta ao autoritarismo - e quando o pretexto já não for a Covid será outra doença ou qualquer outro inimigo instrumentalizado pelo estado para dominar os cidadãos.

O império da lei, a evidência científica e a soberania dos cidadãos são os pilares das democracias liberais, e enquanto liberais temos o dever de lutar por estes valores, ainda mais quando eles são atropelados sem qualquer hesitação.

Proposta:

Que **todos os Membros da IL**, e os seus Orgãos, em especial a CE e os GCL enquanto executivos, assumam a defesa da Liberdade dos cidadãos e do Estado de Direito de forma consciente e declarada e usem de todos os recursos à sua disposição para fazer essa defesa, nomeadamente através das representações Parlamentares e Autárquicas, do espaço de influência pública e mediática e através dos mecanismos legais e políticos à sua disposição.

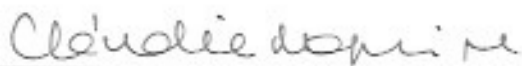
Se este dever é especialmente claro para os que assumem funções executivas na IL, é não menos essencial na **prática diária de cada membro**, em cada conversa e em cada interação e em cada confrontação com restrições abusivas. Devemos saber estar abertos e disponíveis para ouvir as diferentes posições e a defender com empenho, mas honestidade intelectual, as nossas convicções que devem estar suportadas em evidência científica e reflexão individual profunda.

E em última análise, perante a tirania, resistir civicamente e defender o Estado de Direito Democrático - não esquecendo nunca que **cada um de nós é o primeiro e o último dos seus defensores**.



Proponente: Nuno Santos Fernandes, membro nº4 da Iniciativa Liberal

Subscritores:



membro nº 6 da Iniciativa Liberal